

Superior Tribunal de Justiça

HABEAS CORPUS Nº 537.028 - SP (2019/0295809-4)

RELATOR : **MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO**
IMPETRANTE : **RALPH TÓRTIMA STETTINGER FILHO E OUTROS**
ADVOGADOS : **RALPH TORTIMA STETTINGER FILHO - SP126739**
THIAGO AMARAL LORENA DE MELLO - SP240428
PEDRO HENRIQUE DE A. PENTEADO RODRIGUES COSTA -
SP297393
MAYARA CRISTINA BONESSO DE BIASI - SP317563
IMPETRADO : **TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO**
PACIENTE : **EDUARDO ROSSETTI MIGLIARI**

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* com pedido liminar impetrado em favor de EDUARDO ROSSETTI MIGLIARI no qual se aponta como autoridade coatora o Tribunal Regional Federal da 3ª Região (Apelação n. 0001827-41.2016.4.03.6119).

Depreende-se dos autos que o paciente foi condenado à pena de 3 anos, 10 meses e 20 dias de reclusão, em regime inicialmente aberto, e ao pagamento de 388 dias-multa, sendo a pena privativa de liberdade substituída por duas restritivas de direitos (e-STJ fls. 17/18).

Interposta apelação, os desembargadores da 11ª Turma do TRF3, por unanimidade, deram parcial provimento ao recurso defensivo a fim de aplicar a causa de diminuição de pena do art. 33, § 4º, da Lei n. 11.343/2006 na fração de 1/2, readequando a sanção final para 2 anos e 11 meses de reclusão, mais 291 dias-multa, substituída a pena corporal por duas restritivas de direitos (e-STJ fls. 17/34).

Neste *writ*, a defesa aponta constrangimento ilegal decorrente da execução provisória das penas restritivas de direitos impostas ao acusado antes do trânsito em julgado da condenação.

Dessa forma, requer, liminarmente e no mérito, sejam sustados os efeitos da determinação da execução provisória da pena (e-STJ fls. 3/11).

É, em síntese, o relatório.

A liminar em *habeas corpus*, bem como em recurso ordinário em

Superior Tribunal de Justiça

habeas corpus, não possui previsão legal, tratando-se de criação jurisprudencial que visa a minorar os efeitos de eventual ilegalidade que se revele de pronto.

Em juízo de cognição sumária, visualizo manifesta ilegalidade no ato ora impugnado a justificar o deferimento da medida de urgência.

A nova orientação consolidada pelo Supremo Tribunal Federal é a de possibilitar a execução provisória de acórdão penal condenatório proferido em grau de apelação, ainda que sujeito a recurso especial ou extraordinário (HC n. 126.292/SP, relator Ministro TEORI ZAVASCKI, TRIBUNAL PLENO, DJe 17/5/2016).

A isso acrescente-se que o Supremo Tribunal Federal também reconheceu a repercussão geral do tema (ARE n. 964.246/SP, relator Ministro TEORI ZAVASCKI) e, em 11/11/2016, decidiu, em Plenário Virtual, pela reafirmação de sua jurisprudência cristalizada no HC n. 126.292/SP.

No entanto, no que tange às penas restritivas de direitos, cabe ressaltar que a Terceira Seção do Superior Tribunal de Justiça, no julgamento do EREsp n. 1.619.087/SC, publicado em 24/8/2017, firmou a compreensão de que a execução de tais reprimendas somente poderia ocorrer quando transitada em julgado a condenação, em observância ao comando legal contido no art. 147 da Lei de Execução Penal, senão vejamos:

EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA EM RECURSO ESPECIAL. PENA PRIVATIVA DE LIBERDADE SUBSTITUÍDA POR RESTRITIVAS DE DIREITOS. EXECUÇÃO PROVISÓRIA. IMPOSSIBILIDADE. ART. 147 DA LEI DE EXECUÇÃO PENAL. PROIBIÇÃO EXPRESSA. AUSÊNCIA DE MANIFESTAÇÃO DO STF. EMBARGOS REJEITADOS.

1. Embora o Supremo Tribunal Federal tenha decidido pela viabilidade da imediata execução da pena imposta ou confirmada pelos tribunais locais após esgotadas as respectivas jurisdições, não analisou tal possibilidade quanto às reprimendas restritivas de direitos.

2. Considerando a ausência de manifestação expressa da Corte Suprema e o teor do art. 147 da LEP, não se afigura possível a execução da pena restritiva de direitos antes do trânsito em julgado da condenação.

3. Embargos de divergência rejeitados (Eresp 1.619.087, Rel. Min. Jorge Mussi, julgado em 14/6/2017 e publicado em 24/8/2017, grifei).

Superior Tribunal de Justiça

Sendo assim, mostra-se de rigor seja obstada a execução provisória das penas restritivas determinadas em desfavor do paciente.

À vista do exposto, **defiro a liminar para suspender a execução provisória das reprimendas restritivas de direitos impostas ao paciente até o julgamento final do presente writ.**

Comunique-se, com urgência, ao Tribunal impetrado, encaminhando-lhe o inteiro teor da presente decisão.

Solicitem-se informações à autoridade apontada como coatora, notadamente acerca da eventual interposição de recursos contra acórdão que julgou a Apelação n. 0001827-41.2016.4.03.6119.

Após, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 02 de outubro de 2019.

Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO

Relator